

O CARÁTER MULTICULTURAL DAS PRÁTICAS E DISCURSOS DO SAJU-RS

Coordenador: SERGIO JOSE PORTO

Autor: RAFAEL LEMES VIEIRA DA SILVA

O SAJU-RS, Serviço de Assessoria Jurídica Universitária, foi criado em 1950 visando um devido acesso à justiça às pessoas que mais precisam ter seus direitos efetivados. Trata-se de um projeto de extensão que, como forma de tentar cumprir com a função social da universidade pública, preenche uma grande lacuna entre o conhecimento técnico produzido e uma parcela da sociedade que, mesmo contribuindo para que a universidade exista, nunca irá poder usufruir de um ensino superior. O GAJUP (Grupo de Assessoria Jurídica Universitária Popular), um dos grupos dentro do SAJU, insere-se na esfera da assessoria jurídica - que se difere da assistência jurídica - por trabalhar com demandas coletivas e educação popular em sindicatos, escolas públicas e associações de moradores. Esse grupo surgiu em 2001 com a seguinte pergunta: "se as pessoas possuem direitos, como proceder para exercê-los e efetivá-los?". Desse modo, o maior objetivo desse grupo é tentar despertar um maior senso crítico nos assessores e nos assessorados, criticando a realidade social em que vivem e como fazer para que as pessoas possam requerer e exercer os seus direitos. Busca propiciar para que cada um seja protagonista do seu meio social, combatendo a atitude passiva e conformista dos indivíduos. A metodologia de educação popular empregada é a de Paulo Freire, rompendo com as formas tradicionais de ensino. Através de um método dialético, que busca uma horizontalidade entre o aluno e o professor, os atores desse processo são, na verdade, o educador-educando e o educando-educador. Desse modo, a distância entre os pólos dessa educação desaparecem. A troca de informações e de conhecimento é privilegiada, e o aprendizado acontece em comunhão. Essa metodologia critica a chamada concepção "bancária" de educação, em que os alunos somente ouvem e reproduzem o que o professor ensina. Os que são ensinados são comparados a vasilhas onde o conhecimento é depositado, ou seja, o melhor aluno é o mais passivo, que sem nenhuma percepção crítica, consegue ter o maior número de informações gravadas. Da mesma forma, o melhor professor é aquele que consegue reproduzir o maior número de informações e depositar todo o conhecimento nos alunos, sem dar qualquer chance ao aluno de pensar sobre aquilo que aprendeu. O GAJUP vem em contrapartida à metodologia hegemônica de educação visando um efetivo acesso à justiça da população mais carente em

direitos. Um problema que é muito discutido atualmente é a dificuldade dos cidadãos em geral de compreender peças processuais e jargões do Direito, o que faz com que essa ciência torne-se ainda mais dissociada da realidade social. Se um processo já não é entendido por leigos com uma cultura acadêmica elevada, ou seja, que possuem ensino superior, é ainda muito mais difícil para aqueles que não tiveram todas as oportunidades de estudo. Ainda é recorrente a população nem saber que possui este ou aquele direito. Desse modo, as informações e a manipulação do Direito são detidas por somente uma minoria diplomada. Sem dúvidas esse problema da dissonância das palavras e discursos entre os operadores de justiça e o restante da sociedade traz um enorme prejuízo ao acesso à justiça no Brasil. Uma das premissas que o grupo parte também é que os juristas de hoje, em sua maioria, desconhecem quase que por completo a realidade social brasileira. Por conseguinte, ignoram que haja uma grande parcela da população que, por pensar o Direito como algo excessivamente abstrato, desconhece e não trata de requerer os seus direitos. Visando a propor alternativas para a resolução desse problema, entendemos que o não reconhecimento da heterogeneidade social e da identidade de cada cidadão faz com que o Direito reproduza uma cultura de uniformização de tratamento. A partir de um processo de capacitação dos assessores, propõe-se, através de um discurso mais multicultural e de respeito às diferentes tradições, quebrar essa sólida barreira que existe entre o Direito e a realidade atual. Pode-se afirmar que essa luta em defesa de minorias que mais necessitam de uma forte identidade, pois não a tem reconhecida, é de fundamental importância para o efetivo acesso à justiça, que compreende uma esfera muito maior que apenas o acesso ao judiciário. Mais do que a conquista de objetivos concretos, o GAJUP pretende sempre continuar tentando promover uma efetiva igualdade de condições para que toda a população tenha acesso aos seus direitos, quebrando com o conformismo existente hoje.